

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
Com o relatório do auditor independente

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras... | 03 |
| Balanço patrimonial..... | 07 |
| Demonstração do resultado | 08 |
| Demonstração do resultado abrangente..... | 09 |
| Demonstração da mutação do patrimônio líquido | 10 |
| Demonstração dos fluxos de caixa..... | 11 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras..... | 12 |

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

Administradores e Acionistas da
F3C Investimentos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da F3C Investimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da F3C Investimentos S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

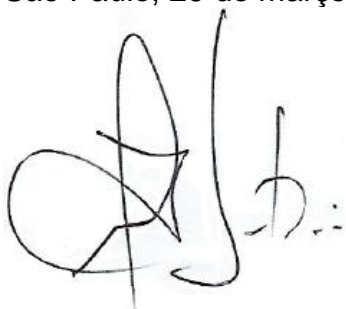
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022.



LCC AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP029650/O-4

Marcello Lopes dos Santos
CRC N° 1SP188429/O-2

F3C INVESTIMENTOS S.A.Balço patrimonial em 31 de dezembro
(Expressas em milhares de reais - R\$ mil)

| | Nota | Controladora | | Consolidado |
|---|------|----------------|---------------|----------------|
| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| Ativo | | | | |
| Ativo circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 4.258 | 35.863 | 5.055 |
| Contas a receber | 5 | - | - | 2.132 |
| Despesas antecipadas | | - | - | 28 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | 25 | - | 25 |
| Adiantamentos a fornecedores | | - | - | 14 |
| Ativo contratual da concessão CP | 6 | - | - | 7.412 |
| | | 4.283 | 35.863 | 14.666 |
| Ativo não circulante | | | | |
| A Partes relacionadas LP | 7 | 52.042 | 29.120 | 24.721 |
| Ativo contratual da concessão LP | 6 | - | - | 173.564 |
| Cauções e depósitos judiciais | 8 | - | - | 4.920 |
| Investimentos | 9 | 53.542 | - | 3 |
| | | 105.584 | 29.120 | 203.208 |
| Total do ativo | | 109.867 | 64.983 | 217.874 |
| Passivo | | | | |
| Passivo circulante | | | | |
| Fornecedores | 10 | 41 | - | 1.077 |
| Debêntures CP | 11 | 5.825 | 3.270 | 11.087 |
| Obrigações tributárias | 12 | 22 | 1 | 274 |
| | | 5.887 | 3.271 | 12.438 |
| Não circulante | | | | |
| Debêntures LP | 11 | 65.000 | 62.128 | 146.325 |
| Provisão para riscos processuais | 13 | - | - | 7.762 |
| Impostos e contribuições diferidos | 14 | - | - | 12.366 |
| | | 65.000 | 62.128 | 166.453 |
| Patrimônio líquido | 15 | | | |
| Capital social | | 60.302 | 10 | 60.302 |
| Prejuízo acumulado | | (21.322) | (426) | (21.322) |
| | | 38.980 | (416) | 38.980 |
| Participação de acionistas não controladores | | - | - | 3 |
| Total do patrimônio líquido | | 38.980 | (416) | 38.983 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 109.867 | 64.983 | 217.874 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro
(Expressas em milhares de reais - R\$ mil)

| | | Controladora | | Consolidado |
|--|----|-----------------|--------------|-----------------|
| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| Receita operacional líquida | 16 | - | 0 | 15.534 |
| Custos operacionais | 17 | - | 0 | (16.406) |
| Lucro (prejuízo) bruto | | - | - | (872) |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 17 | (587) | (26) | (1.393) |
| Outras receitas (despesas), líquidos | 17 | - | - | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 9 | (6.749) | - | - |
| | | (7.336) | (26) | (1.393) |
| Resultado operacional | | (7.336) | (26) | (2.265) |
| Resultado financeiro | | | | |
| Despesas financeiras | | (13.869) | (400) | (18.336) |
| Receitas financeiras | | 398 | - | 411 |
| | | (13.471) | (400) | (17.924) |
| Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL | | (20.807) | (426) | (20.189) |
| IRPJ e CSLL corrente | | (89) | - | (94) |
| IRPJ e CSLL diferidos | | - | - | (614) |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | | (20.896) | (426) | (20.897) |
| Atribuíveis a | | | | |
| Controladores | | | | (20.896) |
| Não Controladores | | | | (1) |
| | | | | (20.897) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro
(Expressas em milhares de reais - R\$ mil)

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|-------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2021</u> |
| Prejuízo do Período | (20.896) | (426) | (20.897) |
| Outros Resultados abrangentes | - | - | - |
| Prejuízo líquido do exercício | <u>(20.896)</u> | <u>(426)</u> | <u>(20.897)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro
(Expressas em milhares de reais - R\$ mil)

| | <u>Capital Social</u> | <u>Prejuízo acumulado</u> | <u>Patrimônio líquido atribuível aos sócios</u> | <u>Participação dos não controladores</u> | <u>Total</u> |
|--|-----------------------|-------------------------------|---|---|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | - | - | - | - | - |
| Integralização de Capital – (11 de agosto de 2020) | 10 | | | | |
| Prejuízo do período | | (426) | - | - | (416) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 10 | (426) | (416) | - | (416) |
| Aumento/(Redução) de Capital | 60.292 | - | 60.292 | 3 | 60.295 |
| Prejuízo do período | - | (20.896) | (20.896) | - | (20.896) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 60.302 | (21.322) | 38.980 | 3 | 38.983 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro
(Em milhares de reais – R\$ mil)

| | Controladora | | Consolidado |
|--|-----------------|-----------------|------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do exercício | (20.896) | (426) | (21.322) |
| Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures | 13.867 | 398 | 16.879 |
| Atualização do ativo contratual | - | - | (17.163) |
| Margem de construção do ativo contratual | - | - | 17.135 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 6.749 | - | - |
| Tributos diferidos | - | - | 1.367 |
| | (280) | (28) | (3.104) |
| (Aumento) redução nos ativos | | | |
| Contas a receber | - | - | (2.132) |
| Impostos a recuperar | (25) | - | (25) |
| Despesas antecipadas | - | - | (28) |
| Partes relacionadas | (22.922) | (29.120) | (24.721) |
| Adiantamentos a fornecedores | - | - | (14) |
| Cauções e depósitos judiciais | - | - | (4.920) |
| | (22.947) | (29.120) | (31.840) |
| Aumento (redução) nos passivos | | | |
| Fornecedores | 41 | - | 1.077 |
| Impostos diferidos | - | - | 10.998 |
| Obrigações tributárias | 21 | 1 | 274 |
| Provisões para litígios | - | - | 7.762 |
| | 62 | 1 | 20.111 |
| Caixa líquido originado das atividades operacionais | (23.165) | (29.147) | (14.833) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Ativo contratual da concessão | - | - | (180.948) |
| Investimentos | (60.292) | - | - |
| Adições (reversão) do ativo imobilizado e intangível | - | - | - |
| Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos | (60.292) | - | (180.948) |
| Atividades de financiamentos | | | |
| Aumento (redução) de capital | 60.292 | 10 | 60.302 |
| Empréstimos, financiamentos e Debêntures | - | - | - |
| Liberação | - | 65.000 | 159.059 |
| Amortização do principal e juros | (8.440) | - | (18.526) |
| Participação de não controladores | - | - | 3 |
| Caixa aplicado em atividades de financiamento | 51.852 | 65.010 | 200.836 |
| Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa | (31.605) | 35.863 | 5.055 |
| Caixa e equivalentes no início do exercício | 35.863 | - | - |
| Caixa e equivalentes no fim do exercício | 4.258 | 35.863 | 5.055 |
| Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa | (31.605) | 35.863 | 5.055 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A F3C Investimentos S.A. é uma Companhia empresária anônima de capital fechado, constituída em 11 de agosto de 2020. O objeto social da “F3CI” é a compra e venda de títulos e valores mobiliário, participações societárias não permanentes, títulos de créditos e quaisquer outros ativos financeiros para posterior alienação, podendo ainda participar como acionista ou sócia cotista em outras Companhias.

Em fevereiro de 2021 comprou a Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A. “Campitiba” que é uma Companhia empresária anônima de capital fechado, cujo objeto social é a prestação de serviços públicos de transmissão de energia elétrica. Em 2016 assinou seu primeiro Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 14/2016, datado de 27 de junho, celebrado com a União, por intermédio da ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica, que consiste na instalação de transmissão no estado de São Paulo, composta pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Campinas-Itatiba, de 500 kV com origem na Subestação Campinas e término na Subestação Itatiba, com 25,1 KM de extensão.

1.1. Efeitos Covid-19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores, visando manter suas operações e continuidade operacional de suas controladas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Tendo em vista a disseminação do vírus, foi criado um Planejamento de Contingências para lidar com a presente situação, onde a administração têm acompanhado a evolução da situação e tomado medidas de carácter preventivo, tais como: restrição de reuniões presenciais, priorizando o uso de tecnologia para sua viabilização de maneira remota; instituição do regime de trabalho de home office, sendo todos os colaboradores habilitados para exercerem suas atividades remotamente cuja a natureza do trabalho possa ser realizada desta forma; intensificação da comunicação sobre a pandemia aos colaboradores; disponibilização de álcool gel e máscaras; intensificação da assepsia de todos os ambientes dos escritórios, suspensão de visitas de colaboradores ou pessoas externas às unidades de negócio da Companhia; treinamentos on-lines para uso de ferramentas que promovam e garantam a continuidade das entregas, aproximando as pessoas, de modo que se adaptem mais rapidamente à fase integral de trabalho remoto.

Adicionalmente, a administração avaliou e não identificou impactos relevantes em relação aos saldos contábeis para os exercícios de 31 de dezembro de 2021.

2. Elaboração e preparação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.1 Critérios de consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As entidades nas quais a Companhia tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais que geralmente acompanham uma participação de mais da metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas e a Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, exceto quando a perda for um indicador de impairment.

Foram utilizadas demonstrações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base da controladora, sendo 31 de dezembro de 2021.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as participações da Companhia são as seguintes:

| Razão social | Negócio | Participação em | |
|--------------------------|-------------------------|------------------------|---------------|
| | | 2021 | e 2020 |
| | | Direta | Direta |
| Campinas-Itatiba SPE S.A | Transmissora de Energia | 99,99% | - |

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Pelo método de equivalência patrimonial, o investimento nas controladas foi inicialmente reconhecido pelo custo e, posteriormente, o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos do exercício, gerados pelas investidas. A participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício das investidas é reconhecida no lucro ou prejuízo do exercício. As distribuições recebidas das investidas reduzem o valor contábil do investimento. Ajustes no valor contábil dos investimentos também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional do investidor nas variações de saldo dos componentes dos outros resultados abrangentes das investidas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

2.3 Instrumentos financeiros

Conforme o IFRS 9 / CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da empresa são substancialmente representados por aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), (Nota 5) Contas a receber e partes relacionadas (Nota 7) ambos classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da empresa estão substancialmente representados por (nota 10) Fornecedores e (nota 11) Debentures, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, deduzidas da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (quando aplicável). A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.3. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo da concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

As Controladas classificaram seu ativo da concessão como ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual origina da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Trimestralmente, à medida que as Controladas operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) atualizado pela taxa que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto, e (ii) atualizado pelo IPCA.

3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.5. Investimento

O investimento nas Companhias controladas, são registradas e avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais (controladora). De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional

3.6. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.9. Imposto de renda e contribuição social – diferido e corrente

A Companhia e suas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

3.10. Provisão para contingências

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração se utilize de estimativas e premissas referente as suas contingências, que afeta o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de natureza fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração se utilize de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

A Companhia está sujeita a processos de natureza cível, fiscal, entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.12. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.13. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Novas normas e interpretações ainda não vigentes:

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo:

| Descrição | Período de adoção |
|--|--------------------------|
| Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual; | 1º de janeiro de 2022 |
| Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido; | 1º de janeiro de 2022 |
| Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato; | 1º de janeiro de 2022 |
| Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, e | 1º de janeiro de 2022 |
| IAS 41 (CPC 29) - Agricultura. | 1º de janeiro de 2022 |
| IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros | 1º de janeiro de 2022 |
| IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros; | 1º de janeiro de 2023 |
| Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; | 1 de janeiro de 2023. |
| Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis; | 1 de janeiro de 2023. |
| Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis. | 1 de janeiro de 2023 |
| Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única | 1 de janeiro de 2023 |

Novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais não possuem data de vigência definida:

- IFRS 10 (CPC 36(R3)) e IAS 28 (CPC 18(R2)) (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture;

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As Novas normas, alterações e interpretações às normas existentes que ainda não são efetivas, não foram adotadas antecipadamente pela Companhia, decorrente da Companhia não esperar impactos ou impactos significativos no período de adoção inicial desta forma, não estão sendo efetuadas divulgações antecipadas e adicionais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado |
|------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| Caixa e contas correntes bancárias | 502 | 35.863 | 1.003 |
| Aplicações financeiras | 3.756 | 0 | 4.052 |
| | 4.258 | 35.863 | 5.055 |

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

| | Controladora | | Consolidado |
|-----------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| Concessionárias e Permissionárias | - | - | 2.132 |
| | - | - | 2.132 |

6. Ativo contratual da concessão

| | Controladora | | Consolidado |
|----------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| Empresa | | | |
| Campitiba | | | 180.976 |
| | - | - | 180.976 |
| Circulante | | | 7.412 |
| Não Circulante | | | 173.564 |
| | - | - | 180.976 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6.1 Composição e movimentação dos ativos contratuais de concessão

O cálculo do ativo da concessão foi feito com base em análises que envolviam o julgamento no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, das práticas adotadas em Normas Internacionais-IFRS, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura como ativo contratual. Para compor esse cenário, abaixo descrevemos as premissas adotadas:

- Taxa ou índice de atualização do Ativo Contratual baseado no WACC conforme valores mencionados no Contrato de Concessão e informações referente ao Custo do Capital calculados no BID do Investimento, estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, e é utilizada para remunerar o ativo contratual durante o período de construção.

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da controlada “Campitiba” é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis, se houver, no final do prazo da concessão.
- Margem de construção calculada com base em projeções financeiras referente aos custos de Capex, Opex e RAP;

Após a entrada em operação comercial, a taxa ou índice será revisado de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção e com base também na RAP e no custo de operação e manutenção.

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2021:

Controlada “Campitiba”

| | <u>31/12/2021</u> |
|---|-------------------|
| Saldos iniciais | 165.282 |
| Adições (custo de construção) | 18.607 |
| Adições (Operação e manutenção) | 356 |
| Juros e atualização financeira | 17.163 |
| Margem de construção | (17.135) |
| Recebimento (Receita Anual Permitida – RAP) | (3.297) |
| Saldos finais | 180.976 |
| WACC | 0,82% a.m. |
| Margem de construção | 15,10% |
| Circulante | 7.412 |
| Não Circulante | 173.564 |
| | 180.976 |

6.2 Receita Anual Permitida (RAP) – Indisponibilidade da Rede

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Controlada “Campitiba” recebeu penalidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) por atraso na entrada em operação (Indisponibilidade da Rede) no valor total de R\$ 2.358. A penalidade será descontada da RAP em 18 parcelas fixas. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da penalidade é de R\$ 2.227. A Companhia entrou com recurso contra a decisão do órgão e probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos externos da Companhia.

7. Partes Relacionadas

- Ativo

| | Controladora | | Consolidado |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| F3C Empreendimentos e Participações | 24.721 | 27.187 | 24.721 |
| Transmissora Campitiba | 27.321 | 1.933 | - |
| | 52.042 | 29.120 | 24.721 |

8. Cauções e depósitos judiciais

| | Controladora | | Consolidado |
|-------------------------------|--------------|------------|--------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| Cauções e depósitos judiciais | - | - | 4.920 |
| | - | - | 4.920 |

Referem-se a depósitos efetuados pela controlada “Campitiba”, representam substancialmente o valor depositado no decorrer de um processo, antes da decisão final. Seu objetivo é garantir que, caso a condenação realmente ocorra, a sentença seja cumprida. Estes depósitos estão vinculados aos processos em andamento, registrados da conta de Provisão de contingências em servidões.

Os valores estão relacionados ao processo de desapropriação para construção da linha de transmissão.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos

| | Patrimônio Líquido | Participação | Saldo em 31/12/2021 |
|-----------|---------------------------|---------------------|----------------------------|
| Campitiba | 53.545 | 99,99% | 53.542 |
| | 53.545 | | 53.542 |

| | Saldo em 31/12/2020 | Adição/Baixa | Equivalência patrimonial | Saldo em 31/12/2021 |
|-----------|----------------------------|---------------------|---------------------------------|----------------------------|
| Campitiba | - | 60.292 | (6.749) | 53.542 |
| | - | 60.292 | (6.749) | 53.542 |

9.1 Investida:

(a) Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A. (Campitiba)

A Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A. “Campitiba” é uma Companhia empresária anônima de capital fechado, cujo objeto social único e exclusivo é a prestação de serviços públicos de transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional, decorrente do Contrato de Concessão nº 14/2016-ANEEL . Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia encontra-se em operacional, tem prazo de duração determinado, perdurando, desta forma, até a consecução de seu objeto social e pelo prazo necessário para o cumprimento integral das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão Administrativa, celebrado com a União por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

10. Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado |
|----------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| Materiais e serviços | 41 | - | 1.077 |
| | - | - | - |
| | 41 | - | 1.077 |

A composição do consolidado é composta principalmente do saldo da controlada “Campitiba”, composta pelo fornecedor Siemens Ltda. e demais para a conclusão de sua Linha de Transmissão e Subestação. Em 31 de dezembro de 2021 o montante total registrado deste fornecedor é de R\$ 885 representando 82% da conta.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Debêntures

| | Controladora | | | |
|---|--------------|--------------|----------------|---------------|
| | Circulante | | Não circulante | |
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Saldo inicial | 3.270 | - | 62.128 | - |
| Emissão de Debêntures | - | - | - | 65.000 |
| Amortização de juros das debêntures | (8.440) | - | - | - |
| Juros sobre debêntures | 4.984 | 7 | 4.294 | 141 |
| Varição monetária sobre debêntures | - | - | 4.589 | 250 |
| Custos | - | - | - | - |
| Apropriação de custos | - | - | - | - |
| Transferência entre curto e longo prazo | 6.011 | 3.262 | (6.011) | (3.262) |
| | <u>5.825</u> | <u>3.270</u> | <u>65.000</u> | <u>62.128</u> |

| | Consolidado | |
|---|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante |
| | 31/12/2021 | 31/12/2021 |
| Saldo inicial | 7.172 | 139.249 |
| Emissão de Debêntures | - | - |
| Amortização de juros das debêntures | (18.526) | - |
| Juros sobre debêntures | 8.840 | 12.114 |
| Varição monetária sobre debêntures | 387 | 8.100 |
| Custos | - | - |
| Apropriação de custos | - | 78 |
| Transferência entre curto e longo prazo | 13.216 | (13.216) |
| | <u>11.087</u> | <u>146.325</u> |

As Emissões ocorreram na controladora “F3C Investimentos” e controlada “Campitiba”, conforme segue:

- **F3C Investimentos**

Em 08 de dezembro de 2020 (“Escritura de Emissão”) a companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 08 de dezembro de 2020 (“AGE Emissora”), cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº 544.143/20-6, em 21 de dezembro de 2020.

O valor total da Emissão é de R\$ 65.000 (Sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- **Campitiba**

As Partes, (1) TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS-ITATIBA SPE S.A., (2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, (3) F3C EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A e (4) ARCANJO GONZALEZ, celebraram, em 18 de setembro de 2019, o “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A.”, o qual foi devidamente registrado na JUCESP sob o nº ED003101-0/000, em 04 de outubro de 2019 (“Escritura de Emissão”);

(i) a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente) foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de setembro de 2019 (“AGE Emissora”), cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº 531.115/19-7, em 04 de outubro de 2019, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP) e no jornal “Gazeta de São Paulo”, nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289, parágrafo 1º, da Lei das Companhias por Ações;

(ii) em 04 de outubro de 2019 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, a ser registrada JUCESP, por meio do qual foram aprovadas as matérias objeto deste Primeiro Aditamento (“AGD”). Por meio da escritura e na melhor forma de direito, firmar o Primeiro Aditamento, para emissão de debêntures. Sem prejuízo ao disposto na Cláusula 3.6 abaixo, as Debêntures serão emitidas na forma do artigo 2º, parágrafo 1º e 1º-B da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, observadas as disposições presentes e respeitando os limites permitidos nas Portarias do MME, da ANEEL e demais órgãos regulatórios competentes.

(iii) Emissões

Em 18 de setembro de 2019, houve emissão de 70.000 (setenta mil) Debentures da 1º série e 20.000 (vinte mil) Debentures da 2º série, com valor unitário de R\$ 1.000, perfazendo um total de 90.000 (noventa mil) Debentures, a um valor correspondente de R\$ 90.000.000. Saliendo que a liberação da 2º série está vinculada ao início das operações de transmissão e ao cumprimento do índice de cobertura da dívida. Até o momento não foi integralizado a 2º série.

As Debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, com garantia real e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 20 (vinte) anos a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de setembro de 2039. As Debêntures de 2º emissão terão prazo de vencimento de 20 (vinte) anos e 6 (seis) meses a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de março de 2040.

O saldo é corrigido e apropriado mensalmente na contabilidade a partir da data de emissão, pela variação percentual acumulada do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), apurado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e juros de 9% (nove por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, desde a data de emissão, conforme Escritura de Emissão de Debêntures.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor de R\$ 70.000 (Setenta milhões de reais) referente a 1º emissão foi liberado nas seguintes datas:

| <u>Data</u> | <u>Valor</u> |
|-------------|---------------|
| 03/10/2019 | 30.000 |
| 04/12/2019 | 30.000 |
| 16/06/2020 | 10.000 |
| | 70.000 |

12. Obrigações tributárias

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|---------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2021</u> |
| IRPJ | - | - | 55 |
| CSLL | 21 | - | 57 |
| PIS | - | - | 22 |
| COFINS | - | - | 101 |
| ISS | - | - | 12 |
| Outros tributos e contribuições | 1 | 1 | 27 |
| | 22 | 1 | 274 |

12.1 Processo com probabilidade de perda classificada como possível

A Controlada “Campitiba” está envolvida em processo fiscal cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Processo tributário - IRPJ e CSLL | 263 | - |
| | 263 | - |

13. Provisão para riscos processuais

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|----------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2021</u> |
| Provisão para riscos processuais | - | - | 7.762 |
| | - | - | 7.762 |

No consolidado os montantes referem-se a processos onde a controlada “Campitiba” é parte em ações judiciais e processos perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões ligadas a servidões. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as obrigações legais e as perdas prováveis estimadas.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Impostos e contribuições diferidos

| | Controladora | | Consolidado |
|------------------------|--------------|------------|---------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| IRPJ e CSLL diferidos | - | - | 5.600 |
| PIS e COFINS diferidos | - | - | 6.766 |
| | - | - | 12.366 |

- Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1)) e adoção do CPC 47, bem como da Instrução Normativa 1753/17 reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, através da RAP – Receita Anual Permitida, na “Campitiba”.
- Os saldos de PIS e COFINS diferidos são relativos às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurados sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, através da RAP – Receita Anual Permitida, nas transmissoras “Campitiba” e “Ribalsas”.

A Companhia adotou o regime de lucro presumido. E para cômputo do imposto de renda e contribuição social diferidos, a Companhia adotou as alíquotas de presunção, tendo em vista que estas mesmas alíquotas serão base para tributação das receitas futuras.

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social:

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital subscrito e integralizado está representado por 60.301.644 ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

16. Receita operacional líquida

| | Individual | | Consolidado |
|--|------------|------------|---------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| Receita de construção | | | 474 |
| Receita de atualização do ativo contratual | - | - | 15.813 |
| Receita Bruta | - | - | 16.287 |
| (-) PIS sobre Receita - diferido | - | - | (134) |
| (-) COFINS sobre Receita - diferido | - | - | (619) |
| Deduções da Receita | - | - | (753) |
| Receita líquida | - | - | 15.534 |

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Custos operacionais, outras receitas e despesas gerais e administrativas

- **Controladora:**

| Custos e despesas operacionais | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|---------------------------------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|
| | Despesa | Total | Despesa | Total |
| Pessoal | - | - | - | - |
| Materiais | - | - | (1) | (1) |
| Serviços de terceiros | (583) | (583) | (23) | (23) |
| Seguros | - | - | - | - |
| Aluguéis | - | - | - | - |
| Depreciação | - | - | - | - |
| Impostos e taxas | (3) | (3) | (3) | (3) |
| Outros custos e despesas | (1) | (1) | - | - |
| | (587) | (587) | (26) | (26) |

- **Consolidado:**

| Custos e despesas operacionais | 31/12/2021 | | |
|---------------------------------------|-------------------|-----------------|-----------------|
| | Custos | Despesas | Total |
| Custo de construção | (16.406) | - | (16.406) |
| Serviços de terceiros | - | (1.361) | (1.361) |
| Pessoal | - | (1) | (1) |
| Materiais | - | (1) | (1) |
| Aluguéis | - | - | - |
| Seguros | - | (24) | (24) |
| Impostos e taxas | - | (5) | (5) |
| Outros custos e despesas | - | - | - |
| | (16.406) | (1.393) | (17.799) |

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros.

Os riscos econômicos e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizadas pela Companhia.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom e pleno andamento dos negócios.

Compete a Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de juros;
- Risco de crédito; e
- Risco operacional.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme tabelas abaixo:

Ativos:

| | Controladora | | Consolidado |
|-------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.258 | 35.863 | 5.055 |
| Contas a receber | - | - | 2.132 |
| Adiantamentos a fornecedores | - | - | 14 |
| A Partes relacionadas LP | 52.042 | 29.120 | 24.721 |
| | 56.300 | 64.983 | 31.922 |

Passivo:

| | Controladora | | Consolidado |
|---------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| Fornecedores | 41 | - | 1.077 |
| Debêntures CP | 70.825 | 65.398 | 157.412 |
| | 70.866 | 65.398 | 158.489 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas nas tabelas acima.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de estagnação econômica, perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, oscilação das taxas de juros e preços dos produtos.

A Companhia adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia possa, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A Administração da Companhia busca uma gestão prudente do risco trabalhando para manter caixa compatível com as necessidades de desembolso, alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

Risco de taxas de juros

Decorre de a possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas lastreados, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo:

| | Controladora | | Consolidado |
|-------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.258 | 35.863 | 5.055 |
| Debêntures | 70.825 | 65.398 | 157.412 |
| | 75.083 | 101.261 | 162.467 |

Sensibilidade a taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por CDI, sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Cobertura de seguros

A controlada “Campitiba” mantém a cobertura de seguro Garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 as apólices com período vigente para esta Companhia são:

| | |
|-----------------------------|------------------------------|
| Seguradora: | Tokio Marine Seguradora S.A. |
| Apólice: | nº 061902016820707750006599 |
| Tipo: | Seguro Garantia |
| Valor segurado*: | R\$ 8.083.600,00 |
| Valor do prêmio*: | R\$ 697.625,75 |
| Período de vigência: | 23/06/2016 a 24/03/2022 |

20. Eventos Subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.
